

BLMS

**Boletim Legislativo do Mato Grosso do Sul:
Um Informe Ambiental, de Desenvolvimento
Econômico e de Política Agrícola.**

BOLETIM LEGISLATIVO 26/2020

O Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul de 16 de Julho de 2020 teve publicações relevantes ao setor agropecuário.

https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10227_16_07_2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
LEI Nº 5.543 Pág. 4	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e para execução da Lei Orçamentária de 2021	15/07/2020 Nº 10.227	GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	TRIBUTÁRIA
RESOLUÇÃO Nº 013 Pág. 23	Dispõe sobre a disponibilização de documentos do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC de que trata a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 274/2016.	14/07/2020 Nº 10.227	SECEX	TRIBUTÁRIA
Resolução Nº 709 Pág. 29	Prorroga o prazo para apresentação de requerimento conforme estabelecido na Resolução SEMAGRO Nº 708, de 30 de junho de 2020 que estabelece as rotinas prévias cadastramento e recadastramento de representantes da sociedade civil, bem como as rotinas de eleição de representantes para composição da Plenária do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA.	15/07/2020 Nº 10.227	SEMAGRO	POLÍTICA AGRÍCOLA



APROSOJA
SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

BOLETIM LEGISLATIVO 26/2020

O Diário Oficial da União de 16 de Julho de 2020 teve publicações relevantes ao setor agropecuário.

<https://fpagropecuaria.org.br/diario-oficial-da-uniao/boletim-dou-16-de-julho-3/>

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
DECRETO Nº 10.424	Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de cento e vinte dias.	15/07/2020 Nº 135	Atos do Poder Executivo	AMBIENTAL
DELIBERAÇÃO Nº 57	Descredencia as instituições fiéis depositárias.	02/10/2019 Nº 135	Ministério do Meio Ambiente / Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	AMBIENTAL
DECISÃO Nº71	Torna público o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas. Cultivares de milho, eucalipto, soja e trigo estão listadas.	15/07/2020 Nº 135	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Defesa Agropecuária	DEFESA AGROPECUÁRIA

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro

BOLETIM LEGISLATIVO 26/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
LEI Nº 14.026	Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.	15/07/2020 Nº 135	Atos do Poder Legislativo	POLÍTICA AGRÍCOLA

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro

BOLETIM LEGISLATIVO 26/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
MENSAGEM Nº 396	Comunica que decidiu vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, que “Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados”.	15/07/2020 Nº 135	Presidência da República / Despachos do Presidente da República	POLÍTICA AGRÍCOLA

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro

BOLETIM LEGISLATIVO 26/2020

NORMA	TEMA	PUBLICADO/ DIÁRIO	ORGÃO	ÁREA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.966	Altera a Instrução Normativa RFB nº 952, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiros de bens em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).	13/07/2020 Nº 135	Ministério da Economia / Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
PORTARIA Nº 1.486	Aprova a alteração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Recife, nos termos que especifica.	08/07/2020 Nº 135	Ministério da Infraestrutura / Secretaria Executiva	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
RESOLUÇÃO Nº 5.898	Altera a Resolução nº 4.799, de 27 de julho de 2015, que regulamenta procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, RNTRC.	14/07/2020 Nº 135	Ministério da Infraestrutura / Agência Nacional de Transportes Terrestres	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
RESOLUÇÃO Nº 5.899	Altera a Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020, que estabelece as regras gerais, a metodologia e os coeficientes dos pisos mínimos, referentes ao quilômetro rodado na realização do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas, por eixo carregado, instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas – PNPM-TRC.	14/07/2020 Nº 135	Ministério da Infraestrutura / Agência Nacional de Transportes Terrestres	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Fonte: Frente Parlamentar Agropecuária/ IPA: Instituto Pensar Agro



Equipe Aprosoja/MS

Renata Farias Ferreira da Silva

Economista | Assistente
Economia

economia@aprosojams.org.br

Gabriel Balta dos Reis

Eng. Agrônomo | Assistente
Técnico

assistentetecnico@aprosojams.org.br

Secretaria Executiva

Frederico Azevedo e Silva

executivo@aprosojams.org.br

Teresinha Irene Rohr

financeiro@aprosojams.org.br

Tallisson Tauan Almeida

assessoria@aprosojams.org.br

Equipe de Campo

Dany Correa do Espírito Santo

Eng. Agrônomo | Coordenador de
Campo

projetosigams@aprosojams.org.br

Equipe

Anielli Verzotto

Bianca Xavier

Marcos Vinicius Oliveira

Marcel de Araújo

Mário Sérgio dos Santos

Rafael de Souza

Tiago Maciel

Veronica Delevatti



APROSOJA
SISTEMA FAMASUL | MATO GROSSO DO SUL

Diretoria Executiva

André Figueiredo Dobashi
(Presidente)

Jorge Michelc
(Vice-presidente)

Sergio Luiz Marcon
(Diretor Administrativo)

Antônio Moraes Ribeiro Neto
(2º Diretor Administrativo)

**Thaís Carbonaro Faleiros
Zenatti**
(Diretora Financeira)

Paulo Renato Stefanello
(2º Diretor Financeiro)

Diretores Regionais

Roger Azevedo Introvini
Gabriel Corral Jacinto
Leoncio de Souza Brito Neto
César Roberto Dierings

Conselho Consultivo

Almir Dalpasquale
Maurício Koji Saito
Cristiano Bortolotto
Juliano Schmaedecke

Conselho Fiscal

Diogo Peixoto da Luz
Lucio Damalia
Luis Alberto Moraes Novaes
Darwin Girelli
Diego Bonilha Schlatter
Marcio Duch